

---

# **XVII Revista do CEPEJ**

---

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade  
de Direito da Universidade Federal da Bahia

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO

---

# XVII Revista do CEPEJ

---

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade  
de Direito da Universidade Federal da Bahia

---

Salvador - Ba  
2015

**PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA**

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Tiragem: 200 exemplares

Distribuição: Todo o território nacional.

Revista do CEPEJ, v. 1 - 1988. - Salvador: Centro de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia - CEPEJ, 2015.

184f .

v. 17

Semestral

ISSN 1981 - 6758

1. Direito - Periódico

CDD 340.05



# **CEPEJ**

## **DIRETORIAS**

Diretoria Presidência: Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos

Diretoria Administrativo-Financeira: Arthur de Oliveira d'Arede

Diretoria de Comunicação: Moisés Fernandes de Oliveira

Diretoria de Recursos Humanos: Paulo Henrique Vaz de Castro

Diretoria de Projetos: Deylane Azevedo Moraes Leite

Secretário da Revista: Fernando Sampaio Rodrigues

## **MEMBROS**

Amanda Silva Barbosa Mello

Arthur de Oliveira d'Arede

Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos

Cláudio de Oliveira Dantas Filho

Deylane Azevedo Moraes Leite

Diana Neuma Santos de Sant'Anna

Felipe Almeida Garcia Santos

Helena Loureiro Martins

Leonardo Macêdo dos Santos dos Santos e Santos

Lucas Fernandes de Souza Silva

Marina Pesqueiro Celestino

Moisés Fernandes de Oliveira

Paulo Henrique Vaz de Castro

Philippe Moreira Souto Menezes

Tainan Maria Guimarães Silva e Silva

Tais Almeida Rocha

Uriel Torres Nunes

# XVII Revista do CEPEJ

---

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Daniel Oitaven Pamponet Miguel  
Prof. Dr. Dirley da Cunha Júnior  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseane Suzart Lopes da Silva

---

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Arthur de Oliveira d'Arede  
Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos  
Cláudio de Oliveira Dantas Filho  
Deylane Azevedo Moraes Leite  
Fernando Sampaio Rodrigues  
Helena Loureiro Martins  
Lucas Fernandes de Souza Silva  
Marina Pesqueiro Celestino  
Moisés Fernandes de Oliveira  
Paulo Henrique Vaz de Castro  
Uriel Torres Nunes

---

## CORPO TÉCNICO

Horácio Luís de S. Rapadura Júnior (Capa)  
Ângela Maranhão Lima de Souza (Capa)  
Mariana Borges Nobre Lopes (Capa)

---

## AUTORES

Amanda Barreto Meirelles do Nascimento  
Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos  
Cássia Manuela Rocha Ferreira  
eledison de Souza Sampaio  
Erica Ribeiro Guimarães  
Felipe Almeida Garcia Santos  
Isaac César Coelho Argolo  
Isabella Lucia Poidomani  
Josângela Barbosa de J. Santos  
José Carlos Teixeira Costa Júnior  
José Rotondano Sales Neto  
Luís Carlos de Sousa Amorim  
Marcelo Bloizi Iglesias  
Nathalia Lutterbach Pires Moreira  
Tiago Barreto Souza de Matos  
Valmir Chaves de Oliveira Neto

---

## SUMÁRIO

<b>NOTA DA COMISSÃO ORGANIZADORA.....</b>	<b>13</b>
---	-----------

### ARTIGOS

#### CAPÍTULO I

<b>A RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM RELAÇÃO EM RELAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO À TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>17</b>
--	-----------

*Amanda Barreto Meirelles do Nascimento*

*Josângela Barbosa de J. Santos*

1. Introdução.....	17
2. Conceito de Terceirização ou Locação de Serviços.....	18
2.1. Diferenças Entre Concessão ou Permissão e Terceirização.....	21
3. Princípios Relacionados à Terceirização.....	23
4. Terceirização Lícita e a Responsabilidade da Administração Pública.....	24
5. Terceirização Ilícita e a Responsabilidade Subsidiária do Estado.....	25
6. Breve Análise do Projeto de Lei 4330/2004.....	26
7. Considerações Finais.....	27
8. Referências.....	28

#### CAPÍTULO II

<b>O QUE É UM TRABALHO CIENTÍFICO NO DIREITO?.....</b>	<b>29</b>
--	-----------

*Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos*

Introdução.....	29
Qual Estrutura de um Trabalho Científico?.....	30
1.1. Resumo.....	31
1.2. A Introdução.....	31
1.3. O Tema.....	32
1.3.1. A Pergunta de Pesquisa.....	32
1.3.2. O Marco Teórico.....	35
1.4. O Método.....	36
1.4.1. O Método Qualitativo e o Quantitativo.....	36

1.4.2. Espécies de Método.....	37
1.5. Os Objetivos da Pesquisa.....	39
1.6. A Metodologia.....	40
1.7. A Conclusão.....	40
Considerações Finais.....	41
Referências Bibliográficas.....	41

### **CAPÍTULO III**

#### **A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA.....43**

*Cássia Manuela Rocha Ferreira*

1. Introdução.....	43
2. A Responsabilidade Patrimonial.....	44
2.1 Desconsideração da Personalidade Jurídica: Algumas Considerações.....	45
2.2 Teorias da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	46
2.3 O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	47
3. Os Dispositivos Legais Aplicáveis ao Direito Laboral.....	48
3.1 A Desconsideração da Personalidade Jurídica Como Instrumento de Efetivação da Execução Trabalhista.....	50
4. Conclusões.....	54
5. Referências.....	54

### **CAPÍTULO IV**

#### **INTERFACES DA SEGURANÇA NAS SOCIEDADES DE CONTROLE.....57**

*Eledison de Souza Sampaio*

*José Rotondano Sales Neto*

1. Introdução.....	58
2. A Centralidade da Segurança nas Sociedades de Controle.....	58
3. Segurança, Chantagem e Terror.....	61
4. O Cinismo Como Elemento Catalisador do Discurso Securitário–Punitivo... ..	65
5. Considerações Finais.....	68
6. Referências.....	69

### **CAPÍTULO V**

#### **TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA: POR UM SISTEMA DE AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS QUE PRIVILEGIE O JULGAMENTO DAS AÇÕES COLETIVAS.....71**

*Erica Ribeiro Guimarães*

1 Introdução.....	72
2 Escorço Histórico das Ações Coletivas.....	72
3 Noções dos Direitos e Interesses Coletivos: Difusos, Coletivos em Sentido Estrito e Individuais Homogêneos.....	74
4 (Re)pensando o Sistema de Aferição da Produtividade dos Magistrados.....	76
4.1 Reflexões Sobre o Modo Como as Demandas Coletivas são Tratadas no Poder Judiciário.....	76
4.2 Uma Nova Proposta de Valoração dos Processos Coletivos no Sistema de Aferição da Operosidade dos Juízes no Judiciário.....	78
5 Conclusão.....	82
6. Referências.....	82

## **CAPÍTULO VI**

### **A DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL NOS CRIMES DE AUTORIA COLETIVA NA ETAPA DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E PARA A CONDENAÇÃO.....85**

*Felipe Almeida Garcia Santos*

1 Introdução.....	85
2 Nova Criminalidade e Seus Caracteres.....	86
3 A Aplicação da Teoria do Domínio do Fato.....	88
4 Enfrentamento da Questão Pelo Ordenamento Jurídico e Pela Jurisprudência	90
5 Conclusão.....	93
6 Referências.....	93

## **CAPÍTULO VII**

### **FRAUDE CONTRA CREDORES PRESUMIDOS: A CONFIGURAÇÃO DO DEFEITO NO NEGÓCIO JURÍDICO SEM A NECESSÁRIA PRÉ-EXISTÊNCIA DO CRÉDITO..95**

*Isaac César Coelho Argolo*

1.Introdução.....	95
2.O Instituto Jurídico da Fraude Contra Credores.....	96
3.Técnicas de Interpretação do Direito5.....	98
4. Princípios do Código Civil de 2002.....	99
5.Reconhecimento da Fraude Contra Credores Presumidos.....	102
5.1 Fraude ao Credor Presumido no Código Civil de 2002.....	102
5.2 Fraude Contra Credores Presumidos no Direito Estrangeiro.....	104
5.3 Operabilidade da Fraude Contra Credores Presumidos.....	105
Jurisprudência.....	105
Conclusão.....	106
Referencias.....	107

## **CAPÍTULO VIII**

### **ANÁLISE DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL: NATUREZA JURÍDICA E CONTRATOS.....109**

*Isabella Lucia Poidomani*

*Marcelo Bloizi Iglesias*

1.Introdução.....	110
2.Conceito de Estabelecimento Empresarial.....	111
3.Principais Teorias Acerca da Natureza Jurídica do Estabelecimento Empresarial.....	113
4.Contratos Envolvendo o Estabelecimento Empresarial.....	117
5.Conclusão.....	120
6.Referências.....	121

## **CAPÍTULO IX**

### **A SENSIBILIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA: DESAFIOS E CONQUISTAS NO VALE DAS PEDRINHAS.....123**

*José Carlos Teixeira Costa Junior*

1. Introdução.....	124
2. Mediação Comunitária: Características.....	125
3. A Sensibilização na Comunidade do Vale das Pedrinhas.....	126
3.1 O Projeto.....	127
3.2 A Etapa.....	128
4. Conclusão.....	130
5. Referências.....	130

## **CAPÍTULO X**

### **CONTRADITÓRIO E PRECEDENTE JUDICIAL: REPENSADO O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO NA FORMAÇÃO DA RATIO DECIDENDI.....133**

*Luís Carlos de Sousa Amorim*

1. Introdução.....	134
2. Compreendendo o Precedente Judicial.....	134
3. A Necessidade de Redimensionamento do Princípio do Contraditório e da Noção de Interesse Jurídico.....	137
4. Parâmetros Para a Admissão da Intervenção na Formação da Ratio Decidendi.....	142
5. Conclusão.....	144
6. Referências.....	145

## **CAPÍTULO XI**

### **ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR E ASSISTÊNCIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA: ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E A NECESSIDADE DE UM DIREITO**

**ALTERNATIVO E POPULAR.....147**

***Nathalia Lutterbach Pires Moreira***

1.. Introdução.....	148
2.. O Direito Fundamental de Acesso à Justiça.....	149
3.. Breves Noções Sobre a Formação Histórica da Assessoria Jurídica Popular e Assistência Jurídica Universitária no Brasil.....	151
4.. Diferenças Entre Justiça Gratuita, Assistência Judiciária e Assistência Jurídica.....	152
5.. Assessoria Jurídica Popular no Brasil, Assistência Jurídica e Direitos Humanos.....	154
6.. Direito Alternativo, Popular e Pluralismo Jurídico.....	155
7.. Desafios dos Serviços Legais Populares no Espaço Globalizado.....	157
8.. Conclusão.....	158
9.. Referências.....	158

**CAPÍTULO XII**

**OS IMPACTOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS NOS CRÉDITOS TRABALHISTAS.....161**

***Tiago Barreto Souza de Matos***

1. Considerações Iniciais.....	161
2. Os Créditos e a Execução Trabalhista.....	162
3. A Recuperação Judicial e Seus Reflexos no Âmbito Laboral.....	165
4. A Falência e Seus Reflexos no Âmbito Laboral.....	166
5. Considerações Finais.....	167
6. Referências.....	168

**CAPÍTULO XIII**

**O MODELO DE JUIZ KELSENIANO E A FALTA DE SOLUÇÕES HERMENÊUTICAS AO PROBLEMA DA DISCRICIONARIEDADE DECISÓRIA.....171**

***Valmir Chaves de Oliveira Neto***

1 Introdução.....	172
2 Os Positivismos e Seus Pontos de Partida.....	173
3 A Teoria da Linguagem de Wittgenstein: Pressupostos e Influências em Kelsen.....	175
4. Premissas Teóricas de “Pureza” e a (Im) Possibilidade de Racionalização do Ato de Julgar.....	178
5 O Flanco Discricionário da Teoria Pura, o Senso Comum e o Contraponto Hermenêutico Filosófico.....	179
6 Considerações Finais.....	182
Referências.....	184